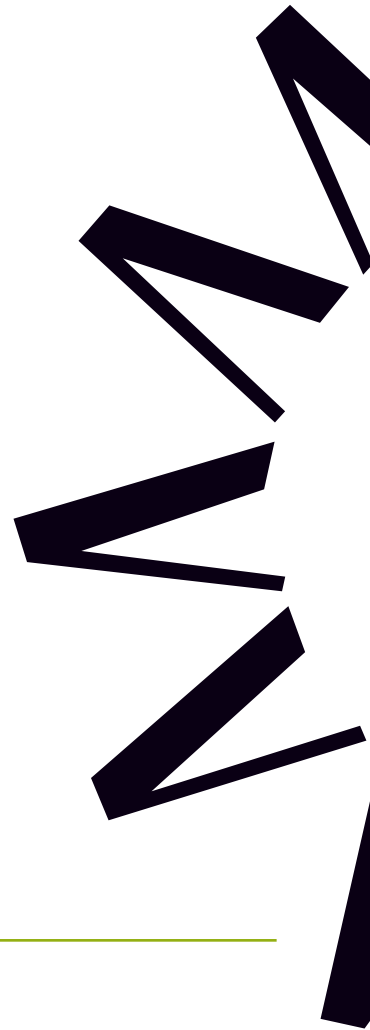


A liberdade econômica estadual no Brasil (2003-2020)

Vladimir Fernandes Maciel
Julian Alexienco Portillo
Ulisses Monteiro Ruiz de Gamboa



I. Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar a evolução da liberdade econômica nos estados brasileiros entre 2003 e 2020, utilizando o Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual (IMLEE). A liberdade econômica é um indicador importante do desenvolvimento econômico e social de uma região e, no Brasil, tem sido monitorada por meio do IMLEE. Este índice avalia a capacidade dos estados em promover um ambiente de negócios propício ao crescimento econômico.

Os resultados do IMLEE para 2020 foram recentemente divulgados e revelam o perfil da liberdade econômica nos estados brasileiros.

Neste artigo, vamos examinar esses resultados e analisar a tendência da liberdade econômica no país durante o período 2003-2020. Além disso, vamos discutir as implicações desses resultados para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, e sugerir soluções para a promoção da liberdade econômica em todo o país.

Em resumo, este artigo busca fornecer uma visão geral da situação da liberdade econômica nos estados brasileiros e sua evolução ao longo do tempo, destacando os desafios e oportunidades enfrentados pelas diferentes regiões do país, e sugerindo soluções para promover a liberdade econômica em todo o Brasil.



Como se mede a liberdade econômica dos estados

O IMLEE tem como objetivo aumentar a conscientização da sociedade sobre a liberdade econômica no Brasil, apresentando dados que possibilitem o crescimento econômico através de políticas públicas que ampliem a liberdade econômica nas unidades da federação. Além disso, é importante levar em conta outros fatores como a burocracia local, logística, infraestrutura e demanda de consumo, mesmo em estados com um ambiente empreendedor medido pelo IMLEE.

O IMLEE tem metodologia adaptada do trabalho de Staensel, Torra e McMahon (2016), responsáveis pelo desenvolvimento do North America Economic Freedom Index do Fraser Institute. Os detalhes técnicos e a metodologia detalhada do IMLEE estão expostos em Maciel et al. (2019).

O índice é composto por três dimensões: tamanho do governo, tributação e regulação e liberdade nos mercados de trabalho, sendo calculado pela média simples destas. A dimensão de tamanho do governo leva em consideração as despesas e transferências do governo, bem como as despesas previdenciárias e pensões, que são calculadas como uma porcentagem da renda estadual obtida a partir da renda bruta dos residentes em cada unidade da federação.

A dimensão de tributação mede a carga tributária nos governos federal, estadual e municipal, relacionando-a à renda bruta das famílias residentes na mesma esfera estadual. Os indicadores incluem impostos de renda, impostos sobre propriedade e transferências de patrimônio, bem como tributos indiretos sobre produção e consumo.

Por fim, a regulação e liberdade nos mercados de trabalho são medidos através de três indicadores:

leis estaduais sobre o salário mínimo, proporção de emprego no setor público e densidade sindical.

Os dados que compõem o IMLEE são obtidos de fontes oficiais, como o IBGE, a Secretaria do Tesouro Nacional, o Ministério do Trabalho e a Receita Federal, bem como de sites eletrônicos e diários oficiais dos governos.

menos impostos. Então, se o absorvente fosse vendido como se livro fosse, ele pagaria menos imposto. Elas queriam chamar a atenção para o que chamam de “pink tax”, conceito de que produtos feitos para mulheres custam mais caro que produtos para homens.

No Brasil, temos muitos exemplos engraçados sobre essa falta de uniformização na cobrança de impostos, como, por exemplo, a questão dos crocs. Crocs é sandália de borracha ou sapato impermeável? A Receita Federal vai dizer uma coisa, os fabricantes vão dizer outra, pois, apesar de ser o mesmo produto, o enquadramento como sandália de borracha ou como sapato impermeável resulta em tratamento tributário diferente. Há ainda o caso da farinha de rosca, que é comparada ao pão. Se você faz a farinha ou se você vende como pão, a tributação é diferente.

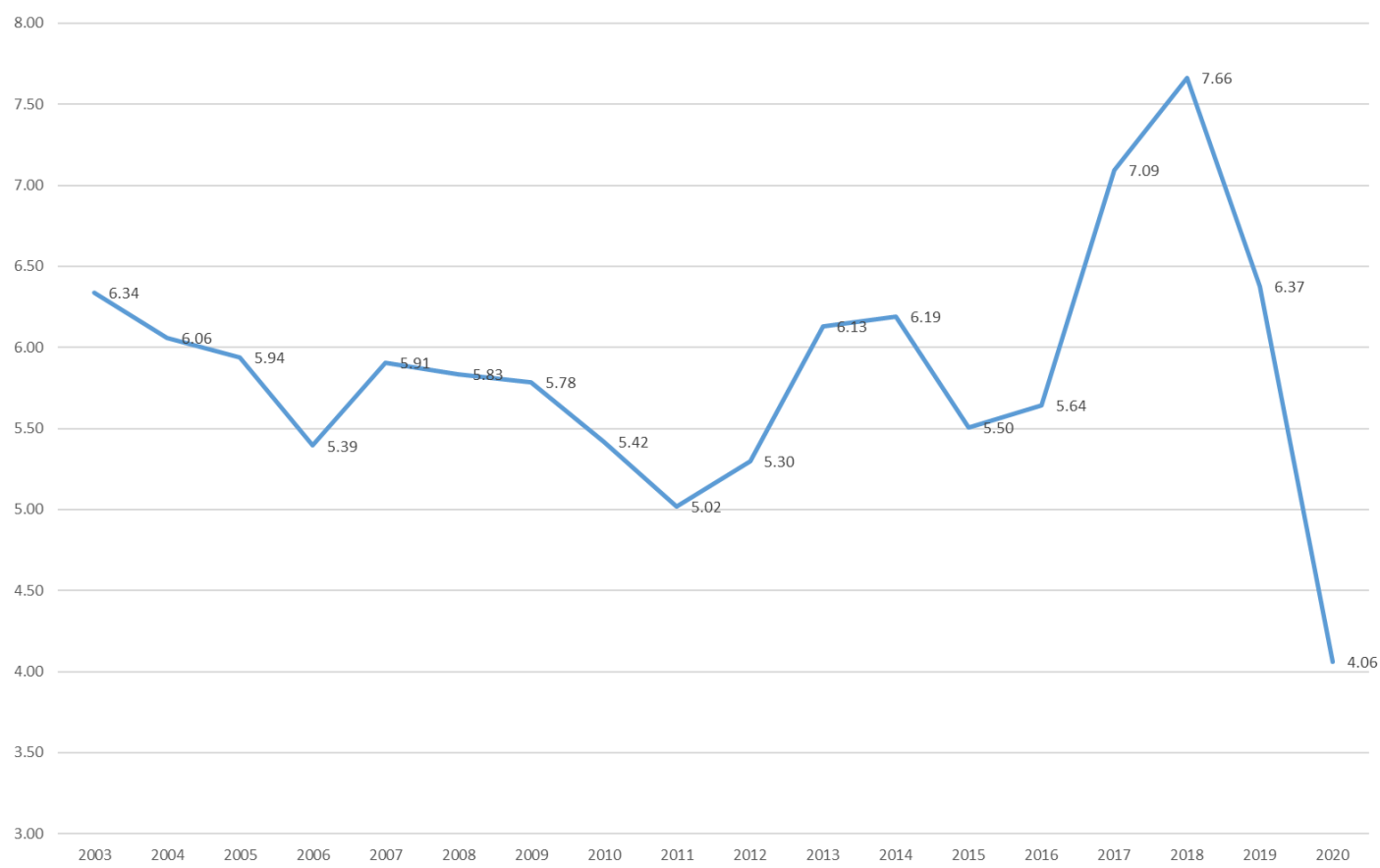
Enfim, são casos pitorescos da falta de uniformização tributária. E eu digo pitorescos, porque há casos que vão ser mais relevantes para o funcionamento da economia.

Um exemplo do Appy vem do setor de construção civil. Do ponto de vista da produtividade pode ser mais eficiente utilizar estruturas pré-moldadas na construção de um edifício. Mas o desenho da tributação no Brasil favorece a adição de valor no canteiro de obras, tributada por ISS e PIS/COFINS cumulativo, em detrimento da utilização de estruturas pré-fabricadas, que pagam IPI, ICMS e PIS/COFINS pelo regime não-cumulativo. (XXX REF)

II. Onde chegamos: a pandemia e a redução de liberdade econômica

Esta seção apresenta os resultados divulgados por Maciel (2022), cujos cálculos se referem aos dados consolidados do ano de 2020. A nota média do conjunto das unidades federativas do Brasil caiu para 4,06 ante 6,37 do Relatório de 2021 (dados de 2019). Vale dizer que é uma redução de aproximadamente 36% na liberdade econômica média dos estados brasileiros, resultando no menor valor da série histórica (Figura 1) e definitivamente afastando-os da trajetória de recuperação dos anos de 2016 a 2018.

| Figura 1 | - Evolução média da liberdade econômica estadual (2003-2020)



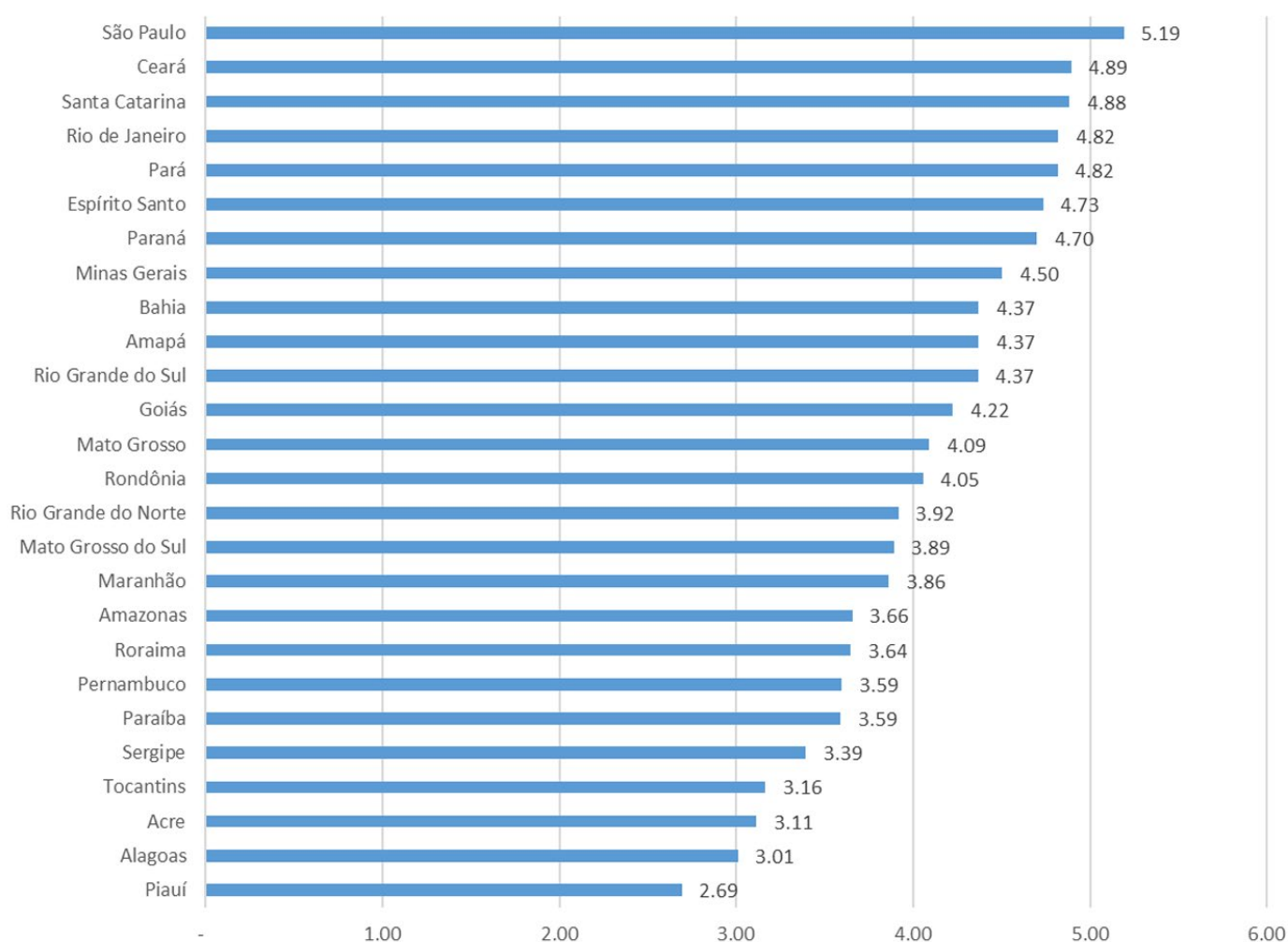
Fonte: elaboração própria

Essa foi uma redução compatível com a perda de algumas posições que o país obteve no Economic Freedom of the World 2022 (EFW 2022) do Fraser Institute e com a redução geral das notas das jurisdições como consequência da pandemia da COVID-19 e das políticas para lidar com ela. Vale lembrar que o EFW 2022 foi elaborado também com base nos dados de 2020.

A pandemia e as políticas públicas para lidar com seus efeitos acabaram por aumentar a participação do Estado na atividade econômica. O setor privado teve forte encolhimento, com grande redução do emprego e da renda, paralisação ou fechamento dos negócios etc. O governo, por seu turno, acabou crescendo em termos de despesas e subsídios e eventuais reduções de arrecadação foram muito menores que a queda de renda da população.

São Paulo, depois de vários anos, voltou a ser a unidade federativa com maior liberdade econômica, seguida de Ceará, Santa Catarina e Rio de Janeiro. Na outra extremidade, com menor liberdade econômica encontram-se Piauí, Alagoas, Acre e Tocantins (ver Figura 2).

| Figura 2 | - Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual 2022



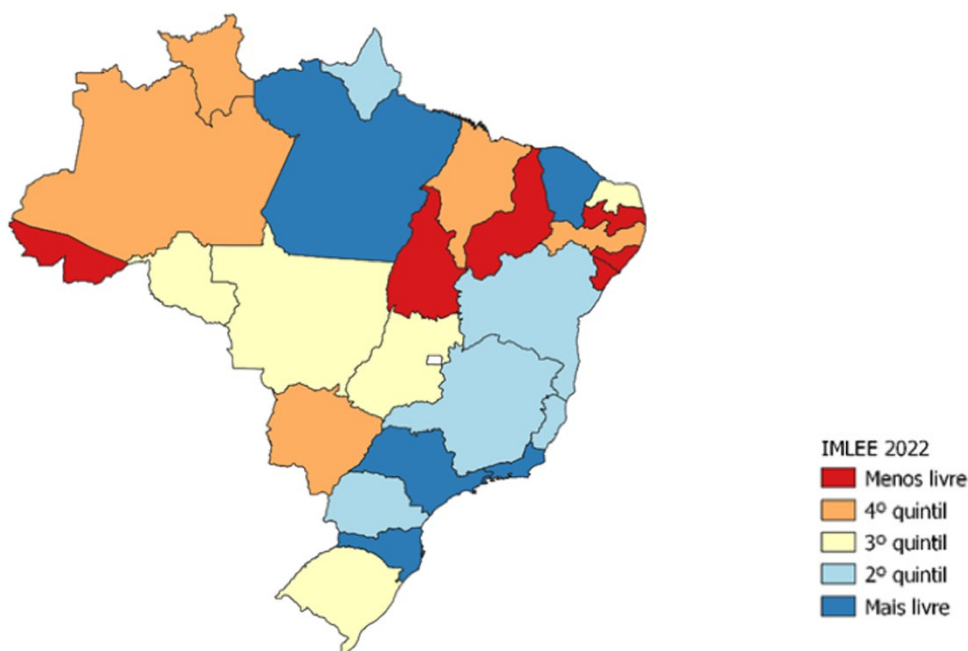
É sempre bom lembrar que o índice mede o grau de liberdade econômica de unidades da federação dentro de um país cujo contexto de liberdade econômica é baixo. Ou seja, mesmo que uma determinada unidade da federação esteja numa boa posição no ranking, ainda assim as condições gerais de se fazerem negócios e empreender no Brasil são ruins. A Figura 3 mostra o agrupamento das unidades por quintis da distribuição de valores.

Muitas empresas foram forçadas a fechar as portas devido às restrições de funcionamento impostas pelos governos, enquanto outras enfrentaram uma significativa queda na demanda por seus produtos

e serviços. Além disso, muitos trabalhadores viram suas fontes de renda desaparecer ou serem seriamente comprometidas.

A redução da liberdade econômica tem implicações profundas para a economia e a sociedade. Muitos empresários e trabalhadores lutaram para sobreviver e manter suas empresas e fontes de renda, o que pode ter um impacto a longo prazo na economia e na sociedade como um todo. Além disso, a diminuição da liberdade econômica pode desestimular a inovação e o crescimento econômico e tem um impacto negativo na competitividade global do país.

| Figura 3 | - Representação cartográfica do IMLEE 2022 (em quintis)



Fonte: elaboração própria

Cabe lembrar que a decisão de empreender em determinada localidade não leva em conta apenas o ambiente de negócios medido pelo IMLEE, mas também considera aspectos da burocracia local, infraestrutura e logística, tamanho de mercado consumidor etc.

O que se pode observar por meio da Tabela 1 é que, em geral, as notas das UF caíram nos anos de recessão (2015-2016), agravando o ambiente local de negócios – muito disso é explicado pela queda na renda (que é utilizada como denominador em sete dos nove componentes do índice). Em 2018, a maior parte das

unidades federativas aumentaram suas notas e, portanto, passaram a contar com melhor ambiente de negócios. Em 2019, porém – a despeito da expectativa com os governos estaduais e federal que tomaram posse – o desempenho em termos absolutos foi aquém das expectativas.

| Tabela 1 | - Evolução dos *scores* de liberdade econômica 2014-2019

Estado	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Varição 2014-2020	Varição 2019-2020
Alagoas	6,55	5,68	5,50	6,94	7,86	6,56	3,01	-54,1%	-54,1%
Piauí	6,84	5,48	5,79	6,34	6,96	5,45	2,69	-60,7%	-50,7%
Acre	5,65	4,29	4,79	6,51	7,15	5,96	3,11	-44,9%	-47,8%
Pernambuca	6,26	5,28	6,10	7,41	7,58	6,79	3,59	-42,6%	-47,1%
Paraíba	6,29	5,91	6,23	7,63	7,77	6,69	3,59	-42,9%	-46,3%
Maranhão	6,20	5,74	5,44	7,03	6,81	6,72	3,86	-37,7%	-42,5%
Rio Grande do Norte	5,83	5,26	5,98	7,09	7,66	6,60	3,92	-32,8%	-40,7%
Rio Grande do Sul	5,81	5,32	5,72	6,61	7,10	7,07	4,37	-24,9%	-38,2%
Amazonas	4,90	4,34	4,88	7,37	7,15	5,81	3,66	-25,4%	-37,1%
Rio de Janeiro	5,91	5,95	6,07	6,69	8,01	7,63	4,82	-18,4%	-36,8%
Minas Gerais	5,94	6,02	5,29	6,89	7,26	7,12	4,50	-24,3%	-36,8%
Bahia	6,38	5,68	5,97	7,65	7,52	6,85	4,37	-31,5%	-36,2%
Roraima	6,89	5,49	5,37	7,25	8,92	5,69	3,64	-47,1%	-35,9%
Tocantins	6,72	5,12	4,15	6,55	7,55	4,93	3,16	-53,0%	-35,9%
Espírito Santo	6,08	5,55	6,30	7,79	8,34	7,29	4,73	-22,1%	-35,0%
Mato Grosso do Sul	6,72	5,52	5,55	6,46	7,50	5,96	3,89	-42,1%	-34,8%
Rondônia	5,45	5,66	5,57	6,86	8,09	6,01	4,05	-25,7%	-32,5%
Pará	6,29	5,62	5,90	7,50	8,20	7,13	4,82	-23,4%	-32,5%
Goiás	6,32	5,81	5,54	7,42	7,84	6,13	4,22	-33,2%	-31,1%
Paraná	6,35	5,90	5,46	6,75	7,33	6,71	4,70	-26,0%	-30,0%
Amapá	7,38	6,03	6,44	7,94	7,71	6,20	4,37	-40,8%	-29,6%
Sergipe	5,75	4,99	5,67	7,12	7,59	4,80	3,39	-41,0%	-29,3%
Santa Catarina	6,51	6,58	6,32	7,00	7,63	6,85	4,88	-25,0%	-28,7%
Ceará	5,98	5,30	5,59	7,39	7,69	6,60	4,89	-18,2%	-25,9%
Mato Grosso	6,76	5,30	4,81	6,54	7,57	5,52	4,09	-39,5%	-25,8%
São Paulo	5,23	5,28	6,23	7,71	8,45	6,68	5,19	-0,8%	-22,3%

Já em 2020, frente à pandemia e as políticas públicas para lidar com ela, todos os estados pioraram como consequência. São Paulo, Mato Grosso e Ceará foram os estados que menos pioraram de 2020 em relação a 2019. Já Alagoas, Piauí e Acre foram os estados que mais pioraram entre 2019 e 2020.

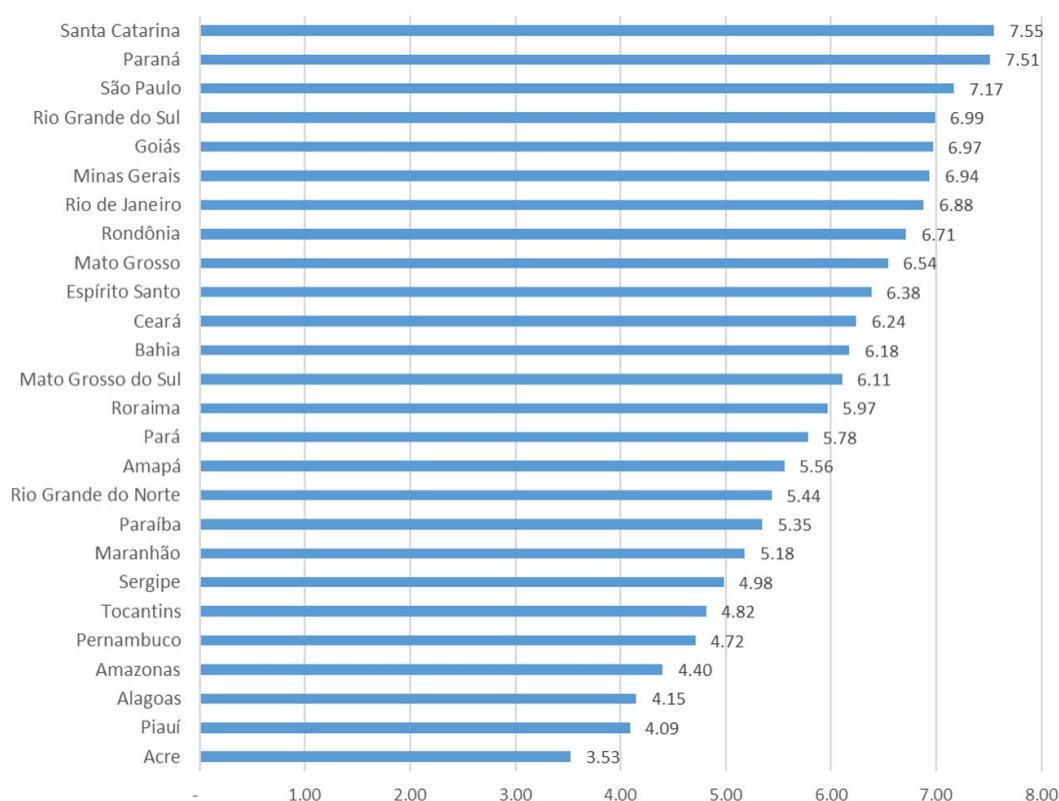
Ou seja, as unidades da federação perderam pontos recuperados após os anos de recessão de 2015 e 2016. O que é de se chamar atenção é que 2020 representou uma queda muito intensa e mudou bastante as posições relativas de várias unidades da federação. Na prática, as unidades federativas que estão melhor posicionadas em 2020 não se encontram nessa posição porque houve melhora absoluta, mas porque pioraram menos que as demais unidades da federação.

As notas médias de cada dimensão do índice se comportaram da seguinte forma em 2020:

- Gasto dos governos subnacionais: caiu para 5,85 ante 8,16 em 2019;
- Tributação nas unidades federativas: caiu para 1,30 ante 4,78 em 2019;
- Regulamentação e liberdade nos mercados estaduais de trabalho: caiu para 5,02 ante 6,18 em 2019.

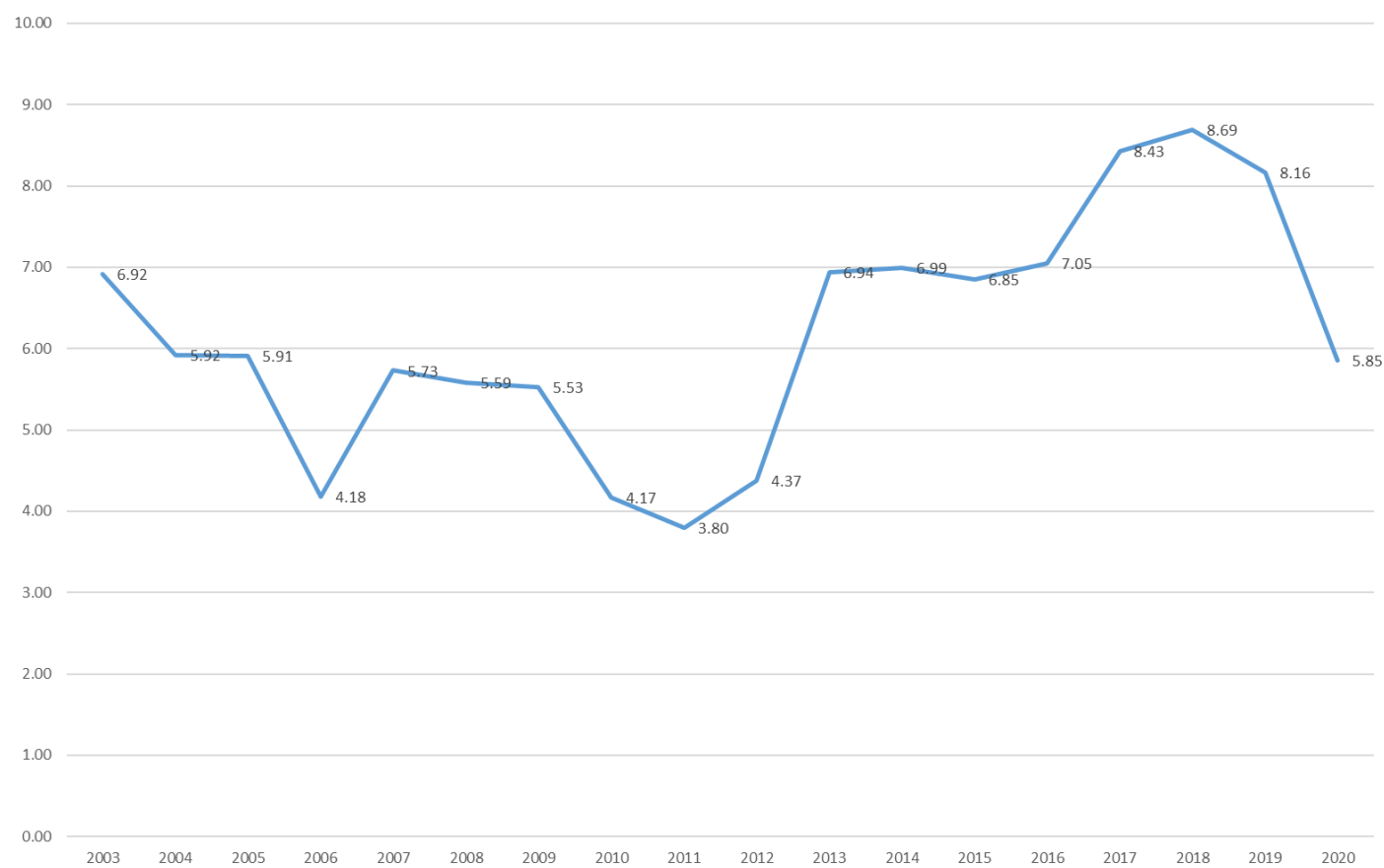
No tocante aos gastos dos governos, os melhores desempenhos são de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Os piores desempenhos foram de Acre, Piauí e Alagoas (Figura 4).

| Figura 4 | - Notas da dimensão gastos dos governos (2020)



A tendência de evolução ao longo do tempo aponta para uma piora na dimensão de gastos públicos entre 2003 e 2016. No entanto, um registro posterior de melhoria foi observado até 2018. Infelizmente, em 2019 houve uma queda na nota média, o que foi agravado pela pandemia de COVID-19 em 2020. A pandemia causou um aumento nos gastos públicos e uma queda na renda, resultando em uma nota expressivamente baixa que anulou todo o ganho alcançado durante o período anterior.

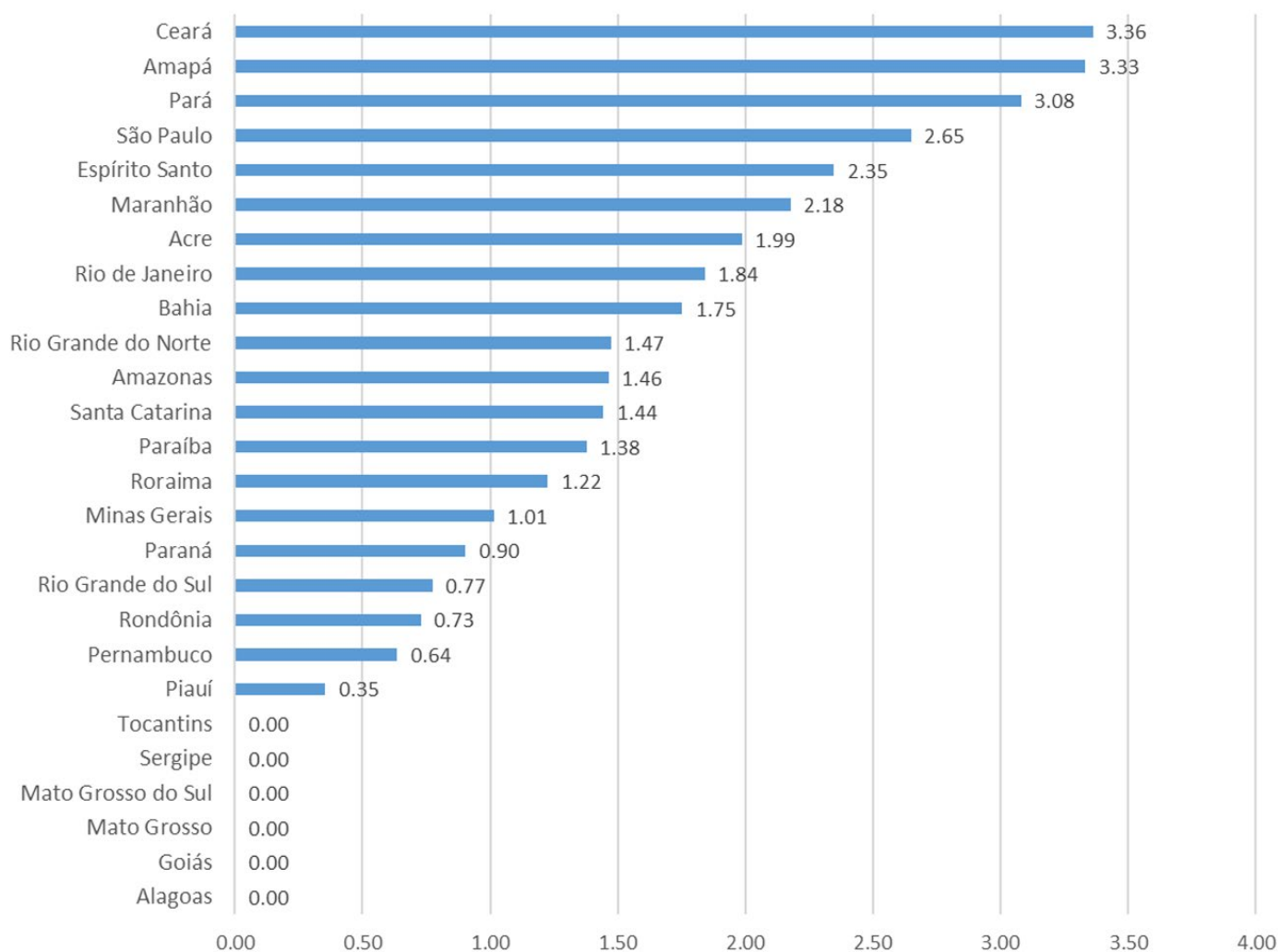
| Figura 5 | - Evolução da nota média da dimensão gastos de governo (2003-2020)



A dimensão da tributação é a que mais chama atenção pelas suas notas extremamente baixas (como mostrado na Figura 6), com vários estados atingindo a nota zero. Isso é ainda mais impactante em um ano marcado pela pandemia e pela queda na renda das pessoas.

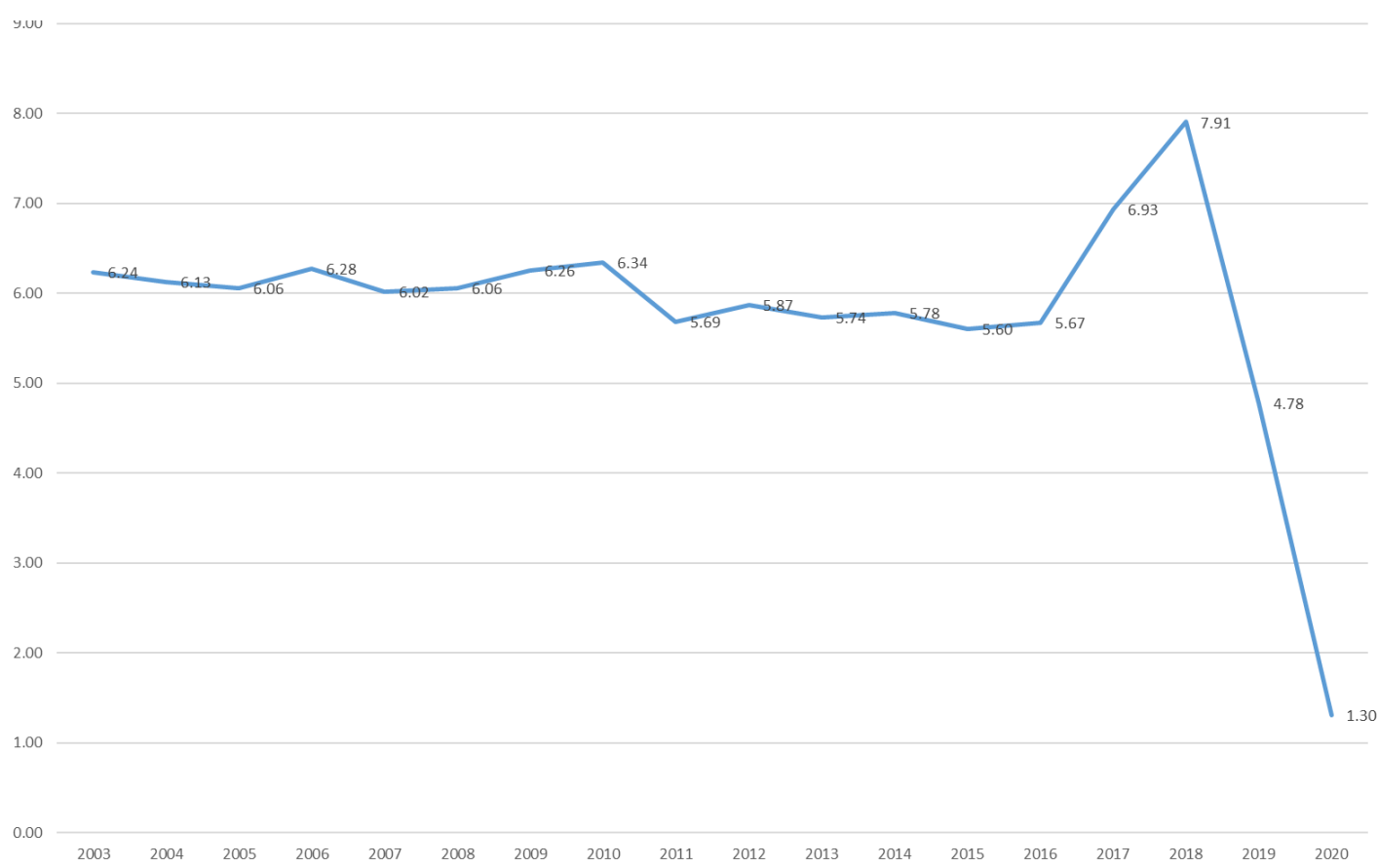
Este cenário indica que a arrecadação não teve a mesma dinâmica ou intensidade em comparação com a queda da renda subnacional decorrente da pandemia. É importante destacar que a tributação afeta diretamente a vida das pessoas e, por isso, é fundamental que sejam tomadas medidas para corrigir este quadro e garantir uma arrecadação mais justa e eficiente.

| Figura 6 | - Notas da dimensão tributação (2020)



A Figura 7 revela uma tendência de flutuação nas notas de tributação ao longo dos anos. Durante o período de 2010 a 2015, houve uma piora na nota média. No entanto, esse quadro mudou entre 2016 e 2018, quando houve uma melhoria significativa, refletindo a menor carga tributária sobre a renda subnacional. Infelizmente, em 2019, a tendência mudou novamente, com uma queda na nota média de tributação, em sincronia com a redução na nota de tamanho dos governos. Em 2020, a piora foi ainda mais intensa, mas a tributação mostrou ser resiliente, devido à mudança nos padrões de consumo causados pela pandemia. A queda na arrecadação de ISSQN pelos municípios foi compensada pelo aumento da arrecadação de ICMS pelos governos estaduais, resultando em uma estabilidade na tributação, afóra o aquecimento do mercado imobiliário que causou aumento da arrecadação de ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Intervivos).

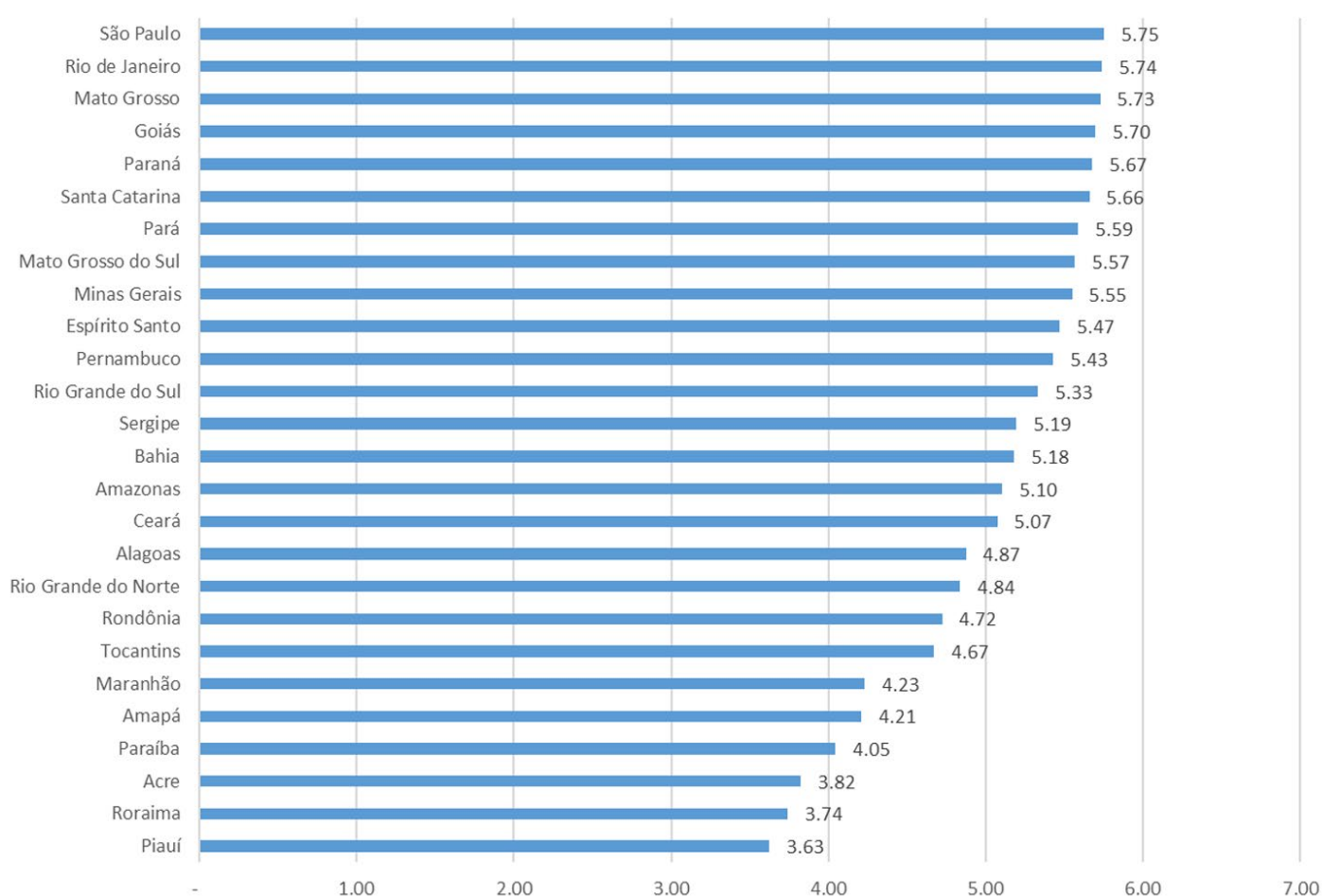
| Figura 7 | - Evolução da nota média da dimensão tributação (2003-2020)



A regulação do mercado de trabalho também aparenta ser um aspecto que precisa de bastante melhorias, já que obteve uma pontuação baixa (como apontado na Figura 8). No entanto, o seu desempenho não é tão ruim quanto o da tributação.

Os estados que se destacaram pelo melhor desempenho na regulação do mercado de trabalho foram São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso. Por outro lado, os estados que apresentaram as piores pontuações foram Piauí, Roraima e Acre.

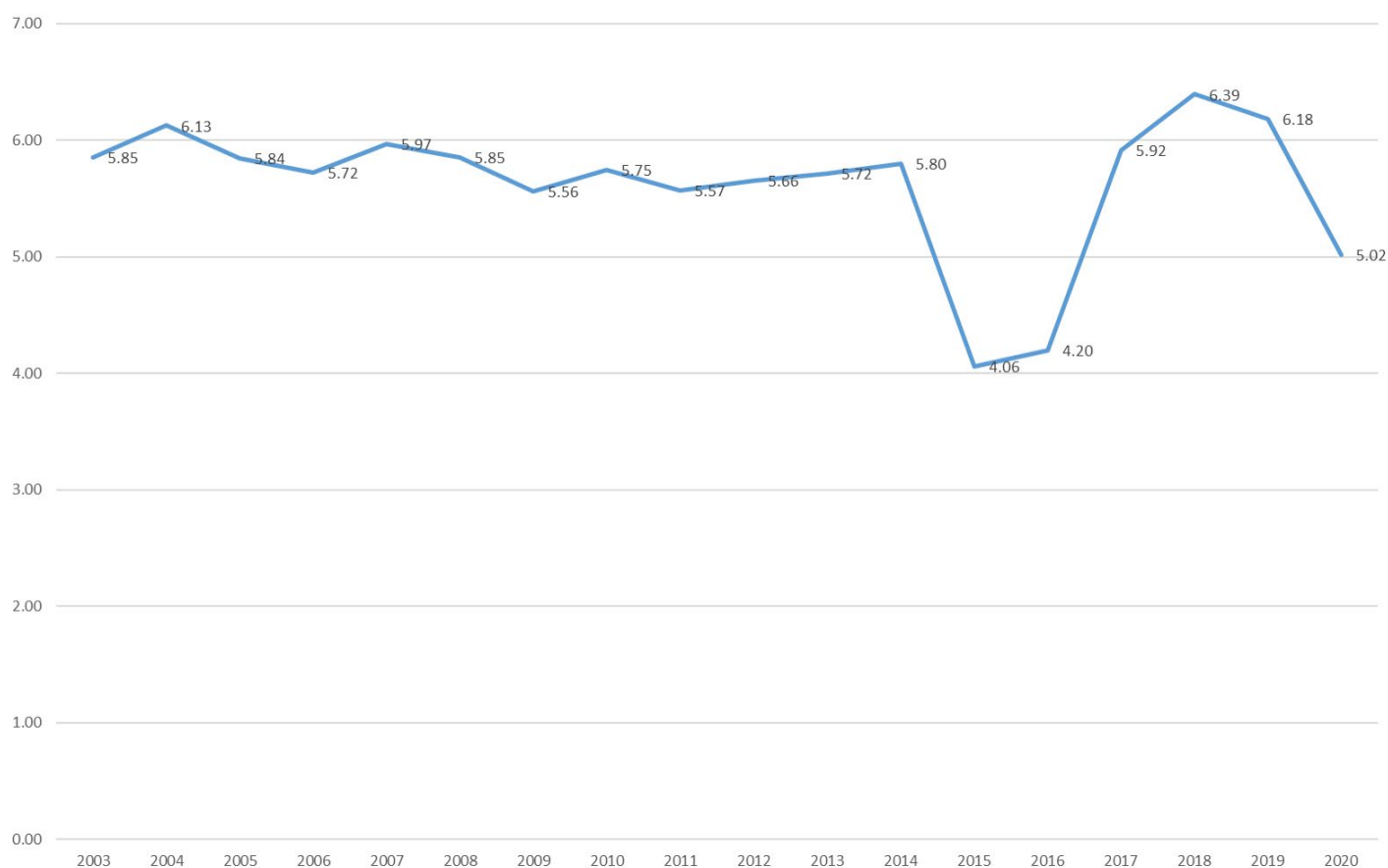
| Figura 8 | - Notas da dimensão regulação do mercado de trabalho (2020)



A análise da evolução das notas da regulação do mercado de trabalho indica que pouco houve mudanças significativas entre 2003 e 2014. No entanto, durante a recessão de 2015 e 2016, houve uma queda drástica na pontuação (como ilustrado na Figura 9).

Entretanto, a partir de 2016 e 2018, houve uma recuperação no desempenho da regulação do mercado de trabalho. Contudo, em 2019, ocorreu uma nova tendência de queda da nota média. Em 2020, com o impacto da pandemia e as interrupções de atividades, quebra de empresas e demissões, a nota caiu ainda mais, refletindo o encolhimento do mercado de trabalho privado.

| Figura 9 | - Evolução da nota média da dimensão regulação do mercado de trabalho (2003-2020)



Fonte: elaboração própria

Há espaço para melhorias na regulação do mercado de trabalho, especialmente nas regiões que apresentaram piores resultados. Essa melhoria se dá pela ampliação do empreendedorismo e do emprego no setor privado e eliminação de políticas de salário mínimos estaduais, dentre outras medidas

III. Evolução regional da liberdade econômica estadual (2003-2020)

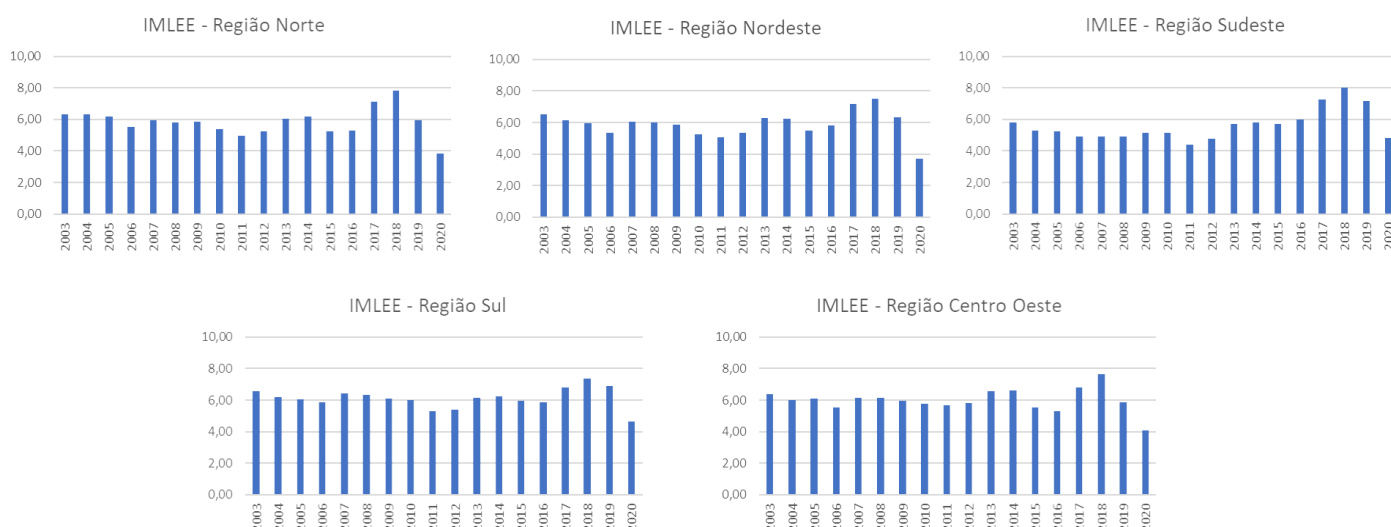
Considerando que o IMLEE mede o grau de liberdade econômica das unidades da federação, sua avaliação é importante para se entender o contexto do ambiente de negócios de cada localidade, sejam elas estados ou municípios. Além disso, é necessário avaliar fatores como o tamanho do mercado, infraestrutura, transporte, logística e mercado de trabalho para se empreender no Brasil.

A partir do próprio IMLEE e de suas dimensões, como gastos do governo, tributação e mercado de trabalho, é possível observar a evolução dos gastos públicos e seus efeitos ao longo do tempo, causados por diversas razões, como alternância de poder, pandemia e reforma dos regimes locais de previdência, por exemplo.

Nesta seção, serão apresentados os indicadores do IMLEE das cinco regiões do Brasil, mostrando a evolução da liberdade econômica estadual ao longo dos últimos 17 anos, com base na série histórica desenvolvida. Esses resultados permitirão entender como a liberdade econômica se alterou em cada região.

Nota-se que a avaliação da liberdade econômica nas regiões do Brasil apresenta uma pontuação máxima de 6,0 no IMLEE ao longo do período analisado. No entanto, houve um período de destaque entre 2017 e 2019, quando as regiões Norte e Sudeste obtiveram pontuações próximas a 7,0 e 8,0, respectivamente (Figura 10).

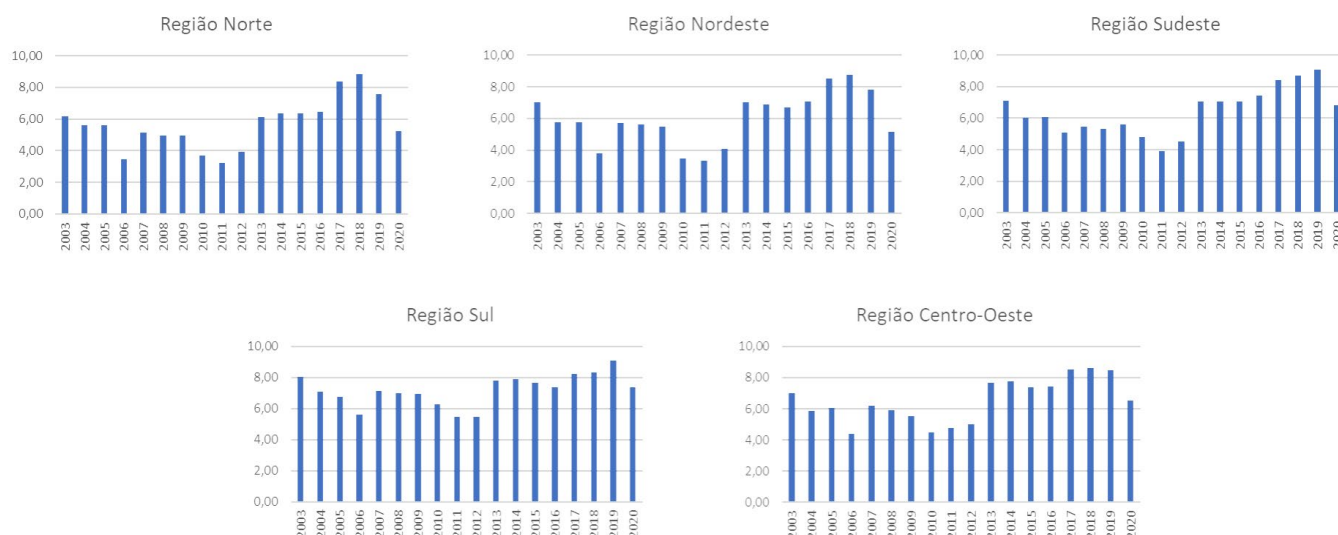
[Figura 10] - IMLEE Regional



A melhora no ambiente de negócios, durante este período, pode ser explicada pelo contexto econômico do período, que era mais favorável à liberdade econômica, inclusive na troca de poder em alguns estados e municípios, elevando as pontuações de 1,0 a 2,0 pontos em média. Contudo, com o surgimento da pandemia em 2020 e o aumento dos gastos governamentais, houve uma queda nas pontuações, especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com menor variação nas regiões Sul e Sudeste. Isso indica que os estados mais ricos conseguiram manter suas pontuações relativamente estáveis, mesmo em meio à crise na saúde.

Para a dimensão do tamanho do governo (Figura 11), é possível observar variações distintas na nota das regiões. Até o ano de 2009, todas as regiões apresentavam praticamente a mesma nota média, 6,0. Entretanto, a partir de 2010, houve uma evolução crescente do gasto público, resultando na piora das notas até 2012, como reflexo da crise financeira global de 2008 que chegou tardiamente ao Brasil e os programas de estímulo econômico decorrentes.

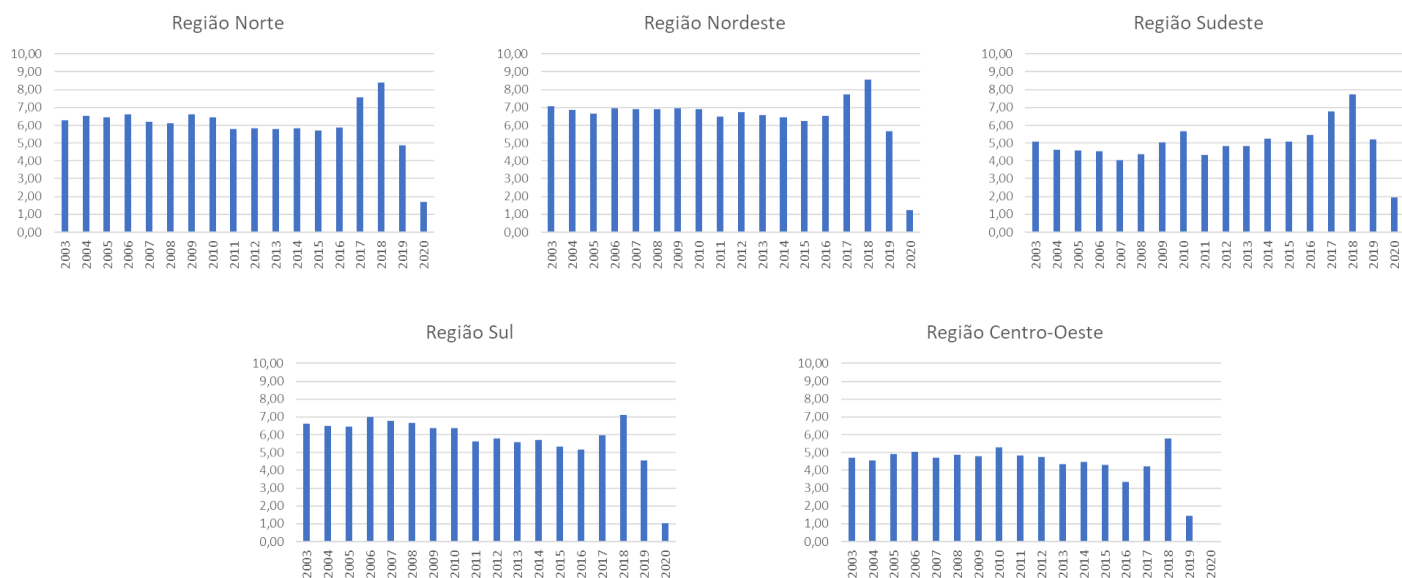
[Figura 11] - Tamanho do Governo (evolução das médias regionais)



A partir de 2013, houve uma melhora na nota até 2019, que foi influenciada pelos novos mandatos de governo inclusive. No entanto, em 2020, com a pandemia da COVID-19, a nota foi diminuída devido ao financiamento por parte do Estado para conter a crise, incluindo a emissão de moeda por parte do Governo Federal. A perda de nota no Norte e Nordeste foi mais acentuada que em outras regiões. Em síntese, é possível perceber que a evolução da nota para a dimensão do tamanho do governo está ligada às despesas e ações tomadas pelo Estado com o pretexto de enfrentar desafios econômicos, como as crises do período.

Na área da tributação (Figura 12), observa-se que as regiões Norte, Nordeste e Sul apresentaram notas entre 6,0 e 7,0 entre 2013 e 2016. A partir de 2017, a região Norte e Nordeste registraram picos próximos a 9,0, indicando uma carga tributária elevada em comparação com as regiões Sudeste e Centro-Oeste.

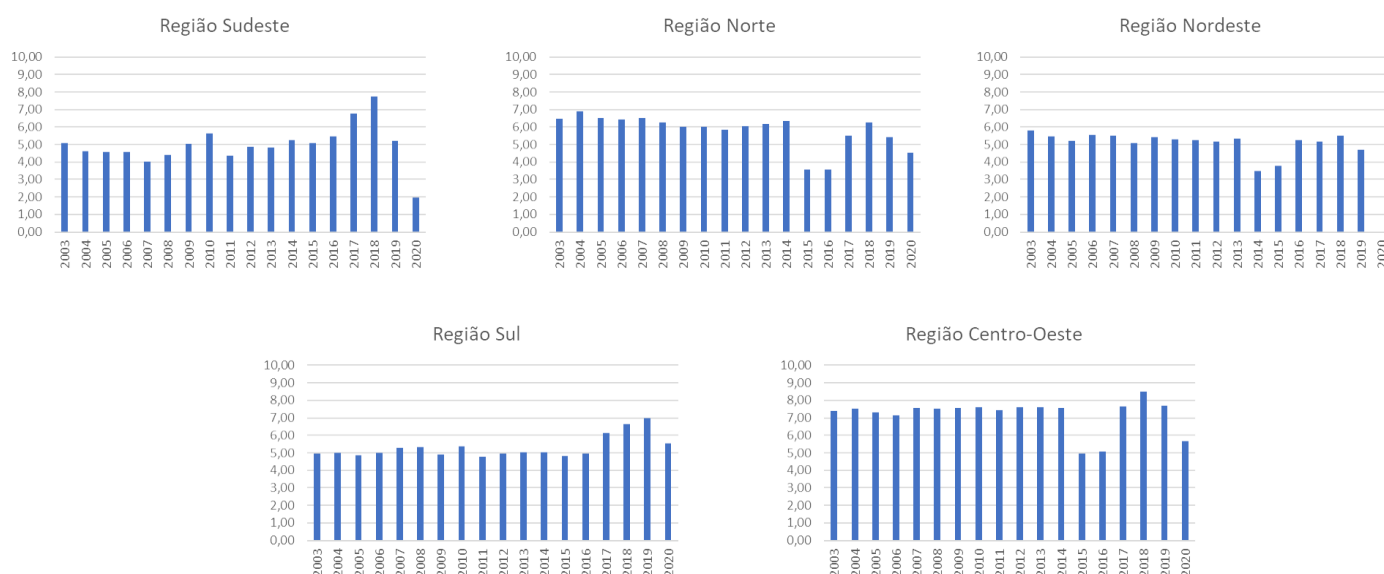
| Figura 12| - Tributação (evolução das médias regionais)



A recessão entre 2015 e 2016 teve um impacto na nota geral, refletindo a queda de produtividade e o aumento do desemprego durante esse período de crise econômica. Além disso, em 2020, a pandemia afetou significativamente as receitas dos Estados e Municípios, levando a uma nota inferior a 2,0.

As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste foram as mais afetadas pela crise econômica de 2015-2016, resultando em uma redução significativa na demanda por trabalho, com notas inferiores a 4,0 (Figura 13). A região Sudeste, que mantinha uma média de 5,0 desde 2003, teve uma estabilidade em sua nota, mas foi a que melhor se recuperou, seguida pelo Centro-Oeste após o período de crise.

[Figura 13] - Regulação do Mercado de Trabalho (evolução das médias regionais)



Fonte: elaboração própria

Além disso, o mercado de trabalho também sofreu impactos nas regiões Sudeste, Norte e Nordeste em 2019 e a tendência de queda foi ainda maior em 2020 devido à pandemia da COVID-19. Destacamos o Nordeste, que obteve uma nota próxima de zero, seguido pelo Sudeste com uma nota de 2,0.

IV. Considerações Finais

Em conclusão, os resultados do Índice de Liberdade Econômica Estadual de 2020 mostram que, apesar de algum progresso ter sido feito na promoção da liberdade econômica nos estados brasileiros entre 2016 e 2018, ainda há muito a ser feito para garantir um ambiente propício ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social em todo o país. A pandemia trouxe um retrocesso, ao aumentar o tamanho e o peso do governo na economia, em relação ao setor privado. Alguns estados já estavam relativamente avançados nesse sentido (como Espírito Santo e Santa Catarina, por exemplo), mas outros ainda enfrentam obstáculos sérios para promover uma economia livre e justa (como Piauí, Acre e Tocantins).

Para os estados brasileiros aumentarem sua liberdade econômica e subirem suas notas no índice de liberdade econômica estadual, é necessário que eles implementem políticas públicas e ações que promovam um ambiente de negócios amigável e estimulante. Algumas dessas ações incluem:

- Redução da carga tributária: Aliviar a carga tributária sobre empresas e trabalhadores pode ajudar a estimular o crescimento econômico e aumentar a competitividade dos estados;
- Reformas regulatórias: Simplificar e modernizar as regulamentações econômicas pode ajudar a tornar o ambiente de negócios mais previsível e facilitar o funcionamento das empresas;
- Investimentos em infraestrutura (de preferência em parceria com a iniciativa privada): Investir em infraestrutura, como transporte, energia e telecomunicações, pode ajudar a tornar os estados mais atraentes para empresas e investimentos;

- Fomento à inovação: Investir em pesquisa e desenvolvimento, apoiar a inovação tecnológica e facilitar a criação de startups podem ajudar a estimular a criatividade e o crescimento econômico;

- Promoção de boas práticas de governança: Fortalecer a transparência e a integridade no setor público e estimular o cumprimento de padrões éticos e de governança empresarial pode ajudar a aumentar a confiança dos investidores e empresários no ambiente de negócios.

Estas são apenas algumas das ações que os estados brasileiros podem tomar para aumentar sua liberdade econômica e melhorar suas notas no índice de liberdade econômica estadual. É importante que os governos trabalhem em colaboração com a sociedade civil, empresários e outros setores da sociedade para desenvolver e implementar políticas públicas eficazes e inclusivas que possam garantir que todas as regiões tenham as mesmas oportunidades de crescimento e desenvolvimento. A liberdade econômica é um fator crucial para o bem-estar e a prosperidade de uma sociedade, e é imperativo que todas as medidas sejam tomadas para garantir que todos os estados brasileiros possam alcançar esse objetivo.

IV. Considerações Finais

Em conclusão, os resultados do Índice de Liberdade Econômica Estadual de 2020 mostram que, apesar de algum progresso ter sido feito na promoção da liberdade econômica nos estados brasileiros entre 2016 e 2018, ainda há muito a ser feito para garantir um ambiente propício ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social em todo o país. A pandemia trouxe um retrocesso, ao aumentar o tamanho e o peso do governo na economia, em relação ao setor privado. Alguns estados já estavam relativamente avançados nesse sentido (como Espírito Santo e Santa Catarina, por exemplo), mas outros ainda enfrentam obstáculos sérios para promover uma economia livre e justa (como Piauí, Acre e Tocantins).

Para os estados brasileiros aumentarem sua liberdade econômica e subirem suas notas no índice de liberdade econômica estadual, é necessário que eles implementem políticas públicas e ações que promovam um ambiente de negócios amigável e estimulante. Algumas dessas ações incluem:

- Redução da carga tributária: Aliviar a carga tributária sobre empresas e trabalhadores pode ajudar a estimular o crescimento econômico e aumentar a competitividade dos estados;
- Reformas regulatórias: Simplificar e modernizar as regulamentações econômicas pode ajudar a tornar o ambiente de negócios mais previsível e facilitar o funcionamento das empresas;
- Investimentos em infraestrutura (de preferência em parceria com a iniciativa privada): Investir em infraestrutura, como transporte, energia e telecomunicações, pode ajudar a tornar os estados mais atraentes para empresas e investimentos;

- Fomento à inovação: Investir em pesquisa e desenvolvimento, apoiar a inovação tecnológica e facilitar a criação de startups podem ajudar a estimular a criatividade e o crescimento econômico;

- Promoção de boas práticas de governança: Fortalecer a transparência e a integridade no setor público e estimular o cumprimento de padrões éticos e de governança empresarial pode ajudar a aumentar a confiança dos investidores e empresários no ambiente de negócios.


Estas são apenas algumas das ações que os estados brasileiros podem tomar para aumentar sua liberdade econômica e melhorar suas notas no índice de liberdade econômica estadual. É importante que os governos trabalhem em colaboração com a sociedade civil, empresários e outros setores da sociedade para desenvolver e implementar políticas públicas eficazes e inclusivas que possam garantir que todas as regiões tenham as mesmas oportunidades de crescimento e desenvolvimento. A liberdade econômica é um fator crucial para o bem-estar e a prosperidade de uma sociedade, e é imperativo que todas as medidas sejam tomadas para garantir que todos os estados brasileiros possam alcançar esse objetivo.

Referências

MACIEL, Vladimir et al. Brazilian States' Economic Freedom Index: Applying Fraser's Methodology for 2003–2016 Data. *Quarterly Journal of Austrian Economics*, v. 22, n. 3, p. 428-452, 2019.

MACIEL, Vladimir et al. Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual - Relatório 2022. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2022. Disponível em: <<https://www.mackenzie.br/liberdade-economica/extensao/artigo-1/n/a/i/noticia-01-4-2>>.

STANSEL, DEAN; JOSÉ TORRA; FRED MCMAHON. *Economic Freedom of North America 2016*. Vancouver: Fraser Institute, 2016.

A large, light gray graphic in the bottom right corner of the page consists of several overlapping, stylized letters. The most prominent are a large 'M' and an 'A', which appear to be part of a larger, partially visible word or logo.